

CONEXÕES RIO-BARCELONA: DA REALIDADE À UTOPIA. DA PRODUÇÃO DA CIDADE NEOLIBERAL À ARTICULAÇÃO DAS RESISTÊNCIAS

Letícia de Carvalho Giannella

Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
leticiagiannella@gmail.com

Muna Makhoul De la Garza

Grup de Recerca en Antropologia del conflicte Urbà-Grup de Recerca sobre Control i Exclusió Socials-
Universitat de Barcelona (GRACU-GRECS-UB). Observatorio de Antropología del Conflicto Urbano
(OACU).
manturan11@gmail.com

Conexões Rio-Barcelona: da realidade à utopia. Da produção da cidade neoliberal à articulação das resistências (Resumo)

Desde 1986, ano em que Barcelona foi eleita para sede dos Jogos Olímpicos de 1992, constituiu-se um modelo de desenvolvimento urbano pautado na realização de megaeventos esportivos. Tal modelo foi difundido globalmente no contexto de hegemonia neoliberal e empresariamento urbano como forma de se pensar e produzir o espaço urbano, e diversas cidades do mundo vem tentando implementá-lo nas últimas décadas como estratégia de inserção das mesmas no rol das cidades globais. Entre estas cidades, encontra-se o Rio de Janeiro, cujas tentativas de reprodução do chamado “Modelo Barcelona” se iniciam ainda em princípios dos anos noventa. Esta comunicação buscar responder às questões: De que trata o chamado “Modelo Barcelona”? Até que ponto e como ele está sendo implementado no Rio de Janeiro? Quais são as semelhanças e as diferenças entre os dois contextos histórico-geográficos? Quais são as resistências encontradas em cada uma das cidades? É possível pensar na articulação destas?

Palavras-chave: cidade neoliberal, megaeventos esportivos, resistências, Barcelona, Rio de Janeiro.

Rio-Barcelona connections: from reality to utopia. From the neoliberal city production to the articulation of resistances (Abstract)

Since 1986, when Barcelona was chosen to host the Olympic Games of 1992, an urban development model was constituted, based on the realization of mega sporting events. This model was widespread globally in the context of neoliberal hegemony and urban entrepreneurship as a way of thinking and producing the urban space, and several cities in the world have been trying to implement it in recent decades as a strategy to insert themselves in the list of global cities. Among these cities is Rio de Janeiro, whose attempts to reproduce the "Barcelona model" was also initiated in the early nineties.

This paper seeks to answer the questions: What is the so-called "Barcelona Model"? To what extent and how it is being implemented in Rio de Janeiro? What are the similarities and differences between both historical and geographical contexts? What are the resistances in each city? Can we think in their articulation?

Keywords: neoliberal city, sport megaevents, resistances, Barcelona, Rio de Janeiro.

Conexiones Rio-Barcelona: de la realidad a la utopía. De la producción de la ciudad neoliberal a la articulación de las resistencias (Resumen)

Desde 1986, año en que Barcelona fue elegida como sede de los Juegos Olímpicos de 1992, se constituyó un modelo de desarrollo urbano pautado en la realización de megaeventos deportivos. Tal modelo fue difundido globalmente en el contexto de hegemonía liberal y empresariado urbano como forma de pensar y producir el espacio urbano, y varias ciudades del mundo están intentando implementarlo en las últimas décadas como estrategia de inserción en la lista de ciudades *globales*. Entre éstas, está Rio de Janeiro, cuyos intentos de reproducir el llamado "Modelo Barcelona" se inician a principios de los años noventa. Esta comunicación busca responder las cuestiones: ¿De qué se trata el "Modelo Barcelona"? ¿Hasta qué punto y cómo está siendo implementado en Rio de Janeiro? ¿Cuáles son las semejanzas y diferencias entre los dos contextos histórico-geográficos? ¿Cuáles son las resistencias encontradas en cada una de estas ciudades? ¿Es posible pensar en su articulación?

Palabras clave: ciudad neoliberal, megaeventos deportivos, resistencias, Barcelona, Rio de Janeiro.

Muito já foi recorrido a respeito das características gerais e contradições do desenvolvimento urbano de matiz neoliberal, tanto em Barcelona como no Rio de Janeiro. Entretanto, consideramos que ainda são poucos os trabalhos em que se tenha buscado apontar para as aproximações, semelhanças e diferenças entre os dois contextos histórico-geográficos, especialmente no que se refere à construção de uma conexão entre ambas as cidades via resistência¹. A importância desta análise está na tentativa de construção de uma outra conexão Barcelona-Rio de Janeiro, conexão esta que estaria ancorada no processo de resistência à produção da cidade neoliberal.

O anseio em escrever este artigo surge então do encontro de duas pesquisadoras – uma mexicana e antropóloga moradora de Barcelona, outra brasileira e geógrafa moradora do Rio de Janeiro; a primeira com estágio de pesquisa de doutorado realizado no Rio de Janeiro; a segunda, em Barcelona – que neste cruzamento de trajetórias identificam a necessidade de se compreender mais concretamente as conexões entre essas cidades, seus sujeitos e processos urbanos, a partir de uma metodologia que flerta com a etnografia e a análise comparativa.

¹ Entre os artigos que buscaram articular os processos de Barcelona e Rio de Janeiro, podemos citar os excelentes trabalhos do número extraordinário da revista *Biblio 3W* dedicado a "Barcelona 1992 - Rio de Janeiro 2016: juegos olímpicos y movimientos populares", publicado em 2010.

Recorremos, para tanto, ao método regressivo-progressivo proposto por Lefèbvre, que configura “(...) um estudo ‘retrô’ do espaço social na sua história e sua gênese, a partir do presente, remontando em direção à sua gênese – depois, retornando sobre o atual, o que permite entrever, senão prever, o possível e o futuro”².

Assim, em um primeiro momento, o artigo traz para discussão a caracterização teórica deste modelo de cidade e seus principais instrumentos. Em seguida, dissertamos brevemente sobre a implementação do modelo em cada uma das cidades. Discutimos os mecanismos financeiros e políticos que possibilitaram a realização dos projetos de transformação urbana em cada uma das cidades, apresentamos a distribuição das intervenções no território e, brevemente, as conexões empresariais entre as cidades. Nosso referencial empírico estará, de um lado, no bairro da Barceloneta e, de outro lado, na zona portuária do Rio de Janeiro, que está sofrendo intensas transformações urbanas em decorrência do projeto Porto Maravilha. Desembocamos assim na discussão dos conflitos e resistências observados em cada território. No caso barcelonês, no contexto do que estamos chamando de Barcelona pós-olímpica, destacamos a *Associació de Veïns i Veïnes de l'Òstia*, e no caso carioca, o Fórum Comunitário do Porto.

Os dois referenciais empíricos foram objeto de análise das teses das autoras desta comunicação, e consideramos que possuem semelhanças que os tornam interessantes para o capital, tanto no que se refere ao seu processo histórico de produção quanto à conjuntura atual. Discorremos sobre as estratégias da resistência em cada contexto, a questão das categorias como ferramenta de ação, as formas de visibilização dos conflitos, de ocupação dos espaços públicos, entre outros. É importante dizer que entendemos o “Modelo Barcelona” como um processo que se iniciou ainda em finais dos anos 1970, conforme será debatido adiante, mas que, mesmo em Barcelona, permanece se reinventando periodicamente até os tempos atuais, de modo que o movimento de resistência vinculado à Barceloneta que será analisado neste trabalho deve ser entendido como um movimento que resiste à produção da cidade neoliberal.

As utopias estão presentes neste trabalho no sentido, como dissemos, de construção de outra conexão Barcelona-Rio de Janeiro, construção esta que se daria via resistência, luta, aprendizados e conquistas. Entendemos o conceito de utopia desde Lefèbvre³, cujas análises clamam pela desconstrução da ideia de utopia como algo distante do real, inalcançável, imaginário, e trazem a necessidade de se trabalhar o conceito desde aquilo que existe no plano concreto das relações materiais e simbólicas cotidianas, especialmente a partir das práticas espaciais que decorrem da apropriação do espaço, existindo sempre em relação dialética com a dominação. Neste mesmo sentido, e aludindo a etimologia do termo, diremos então que a utopia não é um lugar que não existe, senão ao que ainda não se chega. É um instrumento para transformar a sociedade, um horizonte possível até o qual dirigir pensamento, desejo e ações.

A produção da cidade neoliberal em Barcelona é contraditória desde o princípio, e atualmente estas contradições acirram-se frente a um processo cada vez mais violento e espoliador. O Rio de Janeiro, por sua vez, vive o auge do processo de mercantilização e

² Lefèbvre, 2013 [1974].

³ Lefèbvre, 2013 [1974].

expropriação urbana. Deste modo, o trabalho aponta para a potência e os desafios da construção de uma aliança popular via resistência, a fim de que possamos pensar em outras formas de se produzir o espaço urbano, formas que passam pela utopia da submissão da troca ao uso, da dominação à apropriação.

Premissas da cidade neoliberal

Entendemos o neoliberalismo como um processo de reorganização do poder das classes dominantes⁴, em que o Estado passa a se caracterizar como o principal facilitador do processo de reprodução (e centralização) do capital. Os projetos de intervenção urbana mais recentes podem ser compreendidos como uma das principais estratégias desta facilitação.

A passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro resulta no acirramento das contradições que se produzem no processo de produção e reprodução do espaço. Neste contexto, onde as cidades são vistas a partir de um ideário que preza pela competitividade em um mundo que se globaliza e, simultaneamente, se fragmenta, assiste-se à elaboração de uma série de práticas espaciais que se orientam pela formulação de um projeto político cujo âmago está na flexibilização e no estabelecimento de parcerias público-privadas. O próprio espaço, neste quadro, se torna cada vez mais uma mercadoria colocada à venda no mercado por meio de estratégias de *city marketing*.

A acumulação flexível estaria edificada, entre outros fatores, no florescimento dos mercados financeiros, que teria alcançado “um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos”⁵. Ainda, “inovações nas finanças estão a caminho na medida em que novas formas de empacotar e vender dívidas de capital fictício são inventadas e oferecidas a instituições como fundos de pensão, desesperadas para desembocar o excedente de capital”⁶.

O poder do capital financeiro na produção do espaço urbano tende à homogeneização do espaço produzido, uma vez que os fins das intervenções urbanas em escala local estão cada vez mais alinhados às escalas nacional e global por meio do nexo Estado-finança. Nesta relação dialética que se estabelece entre poder local e capital financeiro mundializado, a cidade entra como o sujeito central por excelência⁷. A competição capitalista se materializa então na competição entre cidades e, assim, a lógica corporativa é transferida às cidades, que assumem então a condição de empresas, estruturando-se como tais através do instrumento do planejamento estratégico das cidades, que transpõe ao âmbito urbano os conceitos e métodos do planejamento estratégico empresarial nascido na Escola de Negócios de Harvard⁸. É por este motivo

⁴ Harvey, 2011 [2005].

⁵ Harvey, 2010 [1989], p. 181.

⁶ Harvey, 2011, p. 178-179.

⁷ Sassen, 1993 [1991], p. 188.

⁸ Vainer, 2009a, 2009b [2000].

que autores como Harvey denominam este momento como aquele do empresariamento urbano⁹, e outros, como Compans, falam em empreendedorismo urbano¹⁰.

O poder público entra com a eleição e preparação de determinadas áreas para que o poder privado se sinta atraído e promova investimentos nessas áreas eleitas. As transformações urbanas, assim, se constroem nas alianças entre as diversas frações do capital, mediada pelo Estado. O empresariamento urbano aposta nos planos estratégicos e busca a formação de parcerias público-privadas (PPP), onde “(...) a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego”¹¹. As PPP’s encobrem o fato de que os governos continuam investindo grandes somas, porém agora sob uma lógica empresarial e especulativa. Se os projetos fracassam em termos financeiros, o Estado é chamado para pagar a conta. Neste contexto, o planejamento estratégico das cidades passa a ser a grande vedete do empresariamento urbano, e a problemática urbana passa a ser encarada em termos da produtividade e da competitividade.

“Transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis”¹². Neste sentido, o turismo e os megaeventos, sejam eles esportivos ou de convenções, são duas grandes apostas para a venda da cidade na atual etapa do capitalismo¹³. Abordando criticamente o Modelo Barcelona, o antropólogo catalão Manuel Delgado afirma que as cidades que seguem este ideário, que são quase todas as grandes cidades do mundo, se convertem “em grandes máquinas de excluir e expulsar qualquer habitante ou visitante considerado insolvente”^{14 15}.

A materialização da cidade neoliberal em Barcelona e Rio de Janeiro

A produção da cidade neoliberal no contexto barcelonês se dá desde o momento da preparação da candidatura da cidade para sediar as Olimpíadas. Quando falamos de megaeventos esportivos como pretexto para a reestruturação neoliberal das cidades, estamos nos referindo ao que Gilmar Mascarenhas descreve da seguinte maneira:

“Considerando basicamente os Jogos Olímpicos de Verão e as Copas do Mundo de Futebol Masculino, estamos diante de eventos cuja globalidade não se mede apenas pela mobilização de praticamente todas as nações do mundo, afiliadas às respectivas entidades organizadoras internacionais e desejosas de participação no certame; trata-se de constatar a dimensão simbólica adquirida por tais eventos, capazes de atrair as atenções em todo o planeta, promovendo

⁹ Harvey, 1996.

¹⁰ Compans, 2005.

¹¹ Harvey, 2005 [2001], p. 172.

¹² Vainer, 2009a [2000], p. 83.

¹³ Maskovsky, 2011.

¹⁴ Delgado, 2007, p. 11.

¹⁵ As citações literais de textos escritos em idiomas distintos do português foram traduzidas pelas autoras a fim de trazer uniformidade linguística ao artigo.

fantásticos rituais periódicos, sem parâmetro de comparação com nenhum outro fenômeno social. Talvez poucos rituais mereçam mais o desgastado adjetivo “globalizado” do que os megaeventos esportivos em pauta”¹⁶.

Carlos Vainer, coincidindo com outros autores, destaca que tais megaeventos se inserem no novo modelo urbano neoliberal. Assim, os megaeventos passam a formar parte inequívoca do que Vainer aponta como o repertório da mercantilização urbana: “(...) se trata de negócio, e não de esporte, quando se organizam Jogos Olímpicos e Copas do Mundo de Futebol”¹⁷. A reestruturação urbana neoliberal impulsionada através desses grandes eventos esportivos tem sido chamada de “urbanismo olímpico”:

“Trata-se, pela natureza intrínseca do fato esportivo, de dotar as cidades de instalações específicas que atendam às distintas modalidades, dentro de padrões normativos internacionais. Mas trata-se também de criar condições de alojamento para os milhares de atletas, o pessoal de apoio, os membros dos comitês olímpicos e a imprensa. Além disso, quase sempre a cidade-sede requer expansão ou melhorias em sua infraestrutura geral (transportes, telecomunicações, malha viária, etc. Trata-se, em fim, de um amplo conjunto de intervenções urbanísticas; um momento-chave na evolução e no planejamento das cidades”¹⁸.

Cria-se uma cidade dentro da cidade, uma “geografia olímpica” específica “com suas próprias leis, normas, códigos, limites e disciplina”¹⁹. Mascarenhas considera que a entrada do empresário catalão Joan Samaranch na presidência do Comitê Olímpico Internacional em 1980 imprimiu um caráter decididamente neoliberal à realização do evento esportivo²⁰, em 1984, o ex-prefeito de Barcelona Pascual Maragall criou a *Oficina Olímpica de Barcelona*, financiada pelo setor público e pelo setor privado em partes iguais, sendo que dentre as empresas privadas participantes, muitas vinham do setor da construção civil. Em 1986, Barcelona é eleita sede dos Jogos e foi então criado um Comitê Organizador (COOB) que também contou com a participação de diversos representantes do setor privado²¹. Trata-se de um sistema de financiamento distinto do modelo encontrado pelo projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro, conforme veremos, porém evidencia a primazia dos interesses privados.

Em Barcelona, como em outras cidades da Espanha, se configurou nos anos 1970 um movimento *vecinal*²² muito importante que sem dúvida determinou a produção da cidade naquele período e a impossibilidade de continuidade do projeto político franquista. Não obstante, vários investigadores do movimento *vecinal* barcelonês

¹⁶ Mascarenhas, 2011, p. 17.

¹⁷ Vainer, 2011, p. 14.

¹⁸ Mascarenhas, 2011, p. 27-28.

¹⁹ Gaffney, 2010, p. 8.

²⁰ Mascarenhas, 2011, p. 32.

²¹ O orçamento do COOB esteve em cerca de um bilhão de dólares, sendo 33,3% a partir da venda dos direitos televisivos, 27,7% de doações de patrocinadores, 18,6% de títulos de bilhetes de loterias, moedas e selos decorativos, 5,5% da venda de ingressos e 2,1% de licenças de uso de imagens dos jogos. Aproximadamente 9% do montante total seria diretamente financiado pelo poder público municipal. (Tura; Subirats, 2010 [1994], p. 6).

²² Escolhemos não traduzir o termo *vecinal* por se referir a um movimento social bastante específico do contexto espanhol e, especialmente, barcelonês. Tal movimento assemelha-se ao que no Brasil se costuma chamar de movimentos de moradores ou de bairro, porém possui peculiaridades que se tornarão patentes ao longo do texto.

coincidem ao considerar que este vive em meados da década seguinte uma crise devida a vários fatores, entre eles a desmobilização provocada pelo fato de diversos membros que haviam militado nas associações de moradores terem sido agraciados com cargos públicos no novo governo democraticamente eleito em 1979²³. A resistência *vecinal* às transformações associadas à preparação das Olimpíadas foi então marginal, ainda que justamente naqueles anos tenha se iniciado o movimento de ocupação de imóveis abandonados (okupa), que configurou uma luta pelo espaço urbano importante em todo o Estado Espanhol. Uma publicação recente da Assembleia de Sants, um bairro com uma forte tradição associativa em Barcelona, considera que os Jogos Olímpicos foram um dos experimentos mais exitosos de engenharia política local:

“Toda uma maquinaria de adesão social, a criação da comunidade espiritual olímpica, para criar consenso interno e projetar internacionalmente uma cidade mercantilizada. O protesto social, assim, encontrava-se enormemente debilitado: a sociedade oscilada entre a mistificação da miragem olímpica e a desorientação das esquerdas para fazer frente à imposição do paradigma neoliberal”²⁴.

Vale a pena enfatizar que o chamado “Modelo Barcelona”, que a princípio se pretendeu a serviço dos interesses dos cidadãos, na realidade sempre esteve orientado para transformar a cidade em cidade-empresa. Como aponta Manuel Delgado, “a chave internacionalizadora foi um elemento chave da lógica do crescimento urbano em Barcelona, cujo primeiro passo foi a *Exposición Universal de 1888*”, lógica assumida também pela municipalidade durante a ditadura franquista (de 1930 a 1975). Ainda, o autor considera que “(...) a filosofia de acordo com a qual Barcelona teria que experimentar seus *estirones* baseando-se em macroacontecimentos de repercussão mundial não conhece um parêntesis entre a *Exposición Universal de 1929* e o *Fórum de las Culturas de 2004*”²⁵. É preciso dizer que entre as Olimpíadas e o Fórum completou-se a remodelação da frente marítima que nos anos setenta intencionou-se realizar com um ambicioso plano urbanístico conhecido como o *Plan de la Ribera*, que não pôde ser levado a cabo devido à oposição *vecinal* dos bairros afetados, entre os quais se encontrava a Barceloneta.

Os anos de 1986 a 1990 marcaram a entrada do Estado espanhol à economia global. Nesta época, o afiançamento do regime democrático, a entrada da Espanha na União Europeia (e com ela a possibilidade de dispor de fundos europeus para atuações urbanísticas de longo alcance) e um notável crescimento econômico permitem que se realizem operações mais ambiciosas, por exemplo, no centro histórico, com uma política de grandes intervenções, dirigidas ao *esponjamiento* do tecido urbano, com a derrubada de quarteirões inteiros e a abertura de novas ruas e avenidas. Nos anos anteriores aos Jogos Olímpicos, portanto, começaram a produzir-se as condições que permitiriam as transformações previstas para o megaevento.

²³ Marti, 1981; Alabart, 1998. O próprio prefeito que se tornou a grande figura mítica da Barcelona olímpica, Pascual Maragall – personificando o sujeito que representaria a abolição do dissenso na construção da nova cidade – vinha de uma tradição de esquerda, militante e intelectual que, todavia, “contribui para velar e comprometer a compreensão do complexo conjunto de atores políticos e econômicos que participaram do campo de poder capaz de levar adiante o ambicioso projeto de renovação urbana para as Olimpíadas” (Sanchez, 2010, p. 202).

²⁴ Miró, 2008, p. 10.

²⁵ Delgado, 2010.

As relações entre Barcelona e Rio de Janeiro se estabelecem desde os anos 1990, com a elaboração do I Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – que contou com a consultoria de uma empresa catalã presidida por Jordi Borja²⁶, – e passam por diversos fóruns e encontros realizados no Rio de Janeiro. Podemos mencionar também a presença de corporações nos empreendimentos tanto de Barcelona quanto do Rio de Janeiro, tal como o *Salamanca Group*, promotor do novo *Port Vell* e sócio do projeto das *Trump Towers* a ser executado na zona portuária do Rio de Janeiro.

E, por fim, sem a pretensão aqui de esgotar todas as conexões empresariais entre Rio de Barcelona mas, ao contrário, fazendo um apontamento geral e inicial, temos um exemplo emblemático dessas relações através do *Barcelona Brasil Group*, “um consórcio entre entidades catalãs e brasileiras criado pela difusão e compartimento do Modelo Barcelona de desenvolvimento urbano nas cidades do Brasil”²⁷. Ao final da página virtual deste consórcio encontramos uma secção chamada “Modelo Barcelona”, onde há um vídeo institucional – sob o título “*Barcelona: 1986-1992. Transformació d’una ciutat olímpica*” – que é chave para a compreensão do *city marketing* barcelonês e que muito se assemelha esteticamente ao vídeo oficial do projeto Porto Maravilha. O vídeo, ao mostrar a Barcelona pré-olímpica como um verdadeiro canteiro de obras, deixa claro seu objetivo, qual seja, mostrar aos interessados em potencial que as possibilidades de acumulação de capital com intervenções urbanas neoliberais são enormes e, portanto, é imperativo aproveitar as oportunidades em terras brasileiras.

A Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio foi lançada oficialmente em junho de 2009 através da assinatura de onze decretos que atestaram a aliança inédita entre as três esferas de governo brasileiras²⁸. A grande novidade trazida pela intervenção atual está relacionada não tanto à dimensão urbanística da operação mas sim à engenharia financeira criada para que ela pudesse acontecer. Ainda na primeira gestão de César Maia (1993-1997) foi elaborado, já no auge de que a cidade se elegesse para sede das Olimpíadas, um projeto urbanístico para a transformação da zona portuária da cidade nos moldes de Barcelona, com a já citada consultoria catalã. À época, quatro grandes empreiteiras nacionais – Odebrecht, Carioca, OAS e Andrade Gutierrez – elaboraram, com base no plano urbanístico, uma Proposta de Manifestação de Interesse que foi apresentada tanto a Maia quanto a Paes, já em 2008. Tal proposta continha a modelagem financeira proposta para a operação, o que evidencia a articulação entre as diversas frações de capital no processo de empresariamento urbano. São justamente as três primeiras empresas citadas as vencedoras da licitação para a execução das obras do Porto Maravilha, já em 2010, e que formam, assim, a Concessionária Porto Novo. O mecanismo por excelência do Porto Maravilha está na criação dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), títulos

²⁶ Ex-militante do PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha que advém do Partido Comunista Espanhol e se extingue ao final dos anos oitenta), deputado catalão entre 1980 e 1983, assessor do então prefeito de Barcelona Pascual Maragall de 1983 a 1995, e vice-presidente executivo da região metropolitana de Barcelona entre 1987 e 1991. Atualmente professor universitário e diretor da empresa de consultoria *Jordi Borja Urban Technology Consulting*.

²⁷ Barcelona Brasil Group, 2013.

²⁸ O Porto Maravilha é a culminância de um processo de décadas de tentativas de intervir na zona portuária da cidade que carrega, portanto, a herança das propostas anteriores que não puderam ser implementadas, entre outros fatores, devido ao não alinhamento dos três níveis de governo, necessário especialmente devido ao fato de mais de 80% da área ser de terrenos públicos.

financeiros que estão sendo negociados no mercado de capitais que permitem o estabelecimento de índices de aproveitamento de terreno superiores aos definidos no Plano Diretor para a área da OUC, evidenciando o processo de financeirização do espaço. Para elaborar os dois projetos de lei que criaram, respectivamente, a OUC e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto do Rio (CDURP) – empresa mista que administra a operação, o prefeito então recém-eleito, Eduardo Paes, nomeou como Secretário de Desenvolvimento Econômico e presidente do Instituto Pereira Passos²⁹ o administrador de empresas Felipe Góes. Este foi o responsável por promover a articulação político-empresarial necessária para a modelagem do Porto Maravilha. Paes, referindo-se a Góes, afirma que “ele vai atuar como uma espécie de vendedor do Rio”³⁰.

Numa primeira aproximação, é possível dizer que tanto Barcelona como o Rio de Janeiro, no contexto dos megaeventos, são parte do mesmo processo de conversão das cidades em cidades globais por meio do empresariamento urbano. Ambas se apoiam nos elementos e mecanismos sobre os quais discorreremos na seção anterior, quais sejam: as parcerias público-privadas, o city marketing e, obviamente, o chamado urbanismo olímpico. Há ainda uma dimensão a ser levada em consideração em ambas as intervenções, como aponta Catharina Thörn: “no centro das estratégias de renovação está a regulação e o controle sobre o espaço público”³¹, cabendo assinalar, por exemplo, o Choque de Ordem no Rio de Janeiro, cujo matiz repressivo foi analisado por autores como Nilton Santos³², e a *Ley de Ordenanza Cívica* em Barcelona, em vigor desde 2006. Ambos restringem os usos do espaço público sancionando certas atividades consideradas “desordenadas” ou “incívicas”.

Todavia, conforme o(a) leitor(a) pôde atestar ao longo desta seção, o processo assume formas distintas em cada uma das cidades estudadas. É necessário, deste modo, indagar como o modelo se implementa em cada cidade, e observar as semelhanças e diferenças entre ambas. Trata-se de processos essencialmente distintos ou do mesmo processo em condições diferentes? Tendemos a acreditar na segunda opção e, neste sentido, trazemos à discussão essas diferentes condições que levam a distintas configurações socioespaciais, ainda que não pretendamos esgotá-las no escopo deste artigo.

É preciso considerar que o Estado espanhol e, mais especificamente, a cidade de Barcelona, se adequaram ao regime da acumulação flexível antes do Estado brasileiro. Enquanto Barcelona já se preparava para os Jogos Olímpicos, o Brasil acabava de sair de uma ditadura militar que durou vinte e um anos e estava vivendo, portanto, um momento de grande instabilidade política e econômica. Conforme dissemos, a Espanha, por outro lado, vivia um processo de crescimento econômico decorrente da sua integração à UE. É somente na segunda metade dos anos 90, com Fernando Henrique Cardoso como presidente, que o Brasil adere de vez ao receituário neoliberal. Em finais dos anos 2000, sob gestão do ex-presidente Lula, o Brasil vive um processo de rápido crescimento econômico baseado especialmente na elevação dos preços das *commodities*

²⁹ Instituto de planejamento urbano da cidade que tem perdido pouco a pouco seu caráter urbanístico.

³⁰ Jornal do Brasil, 29 de novembro de 2008.

³¹ Thörn, 2011, p. 12.

³² Santos, 2013.

no mercado internacional - especialmente a China³³, condição que possibilitou, junto com a já citada aliança entre as três esferas de governo, a materialização do neoliberalismo na produção do espaço urbano. Outro fator que contribui para a especificidade carioca neste processo é a titularidade dos terrenos da zona portuária. Cerca de 85 por cento dos terrenos da região são públicos, sendo que destes, mais de 60 por cento pertencem à União, devido ao fato da cidade ter sido a capital federal até 1960. A engenharia financeira criada para o Porto Maravilha não poderia ter sido pensada se não fosse esta condição, uma vez que os terrenos - ainda mais em se tratando de esferas de governo alinhadas político-partidariamente - podem mais facilmente ser transferidos e doados para as empresas interessadas em investir na operação.

Além destes fatores que surgem em um primeiro momento, é preciso trazer para o debate também um pouco sobre o processo histórico da produção do espaço da cidade de Barcelona e do Rio de Janeiro, a fim de problematizar e apontar melhor para as aproximações e diferenças entre ambos.

Indo ao passado para construir as utopias do futuro

Pensando no processo histórico de produção do espaço barcelonês, de um lado, e carioca, de outro, e já enfatizando os nossos referenciais empíricos – o bairro da Barceloneta e a zona portuária do Rio de Janeiro³⁴ –, de saída, é possível apontar para algumas características comuns a ambos os contextos: o fato de se tratar de cidades que se consolidam a partir da função portuária e, especificamente, de bairros fortemente vinculados a tal função, destacando que ambos sofrem um processo de desvalorização devido à reestruturação produtiva do capital; de se tratar de bairros adjacentes ao centro da cidade; de apresentarem – na Barceloneta em muito maior grau – aspectos do urbanismo barroco³⁵; e das duas cidades terem sofrido reformas urbanísticas de grande monta entre fins do século XIX e início do século XX. Ademais, os bairros em questão são considerados emblemáticos e centrais para a transformação de ambas as cidades em cidades globais no processo de vinculação da produção do espaço urbano aos megaeventos esportivos. E, por fim – o que é fundamental para nós –, ambos os

³³ Uma questão importante a ser pensada, neste sentido, se refere ao futuro da operação frente à crise econômica e política atual no Brasil, assunto que, entretanto, não vamos adentrar por não estar no escopo deste trabalho.

³⁴ Composta administrativamente pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, que estão sendo profundamente transformados pela Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, vulgarmente conhecida como Porto Maravilha.

³⁵ A produção de espaços urbanos que pudessem ser pertinentemente direcionados para a disciplinarização e regulamentação. O urbanismo barroco tratou de clarificar o espaço a fim de dar visibilidade à vigilância e ao poder do Estado abrindo avenidas, praças, jardins, construindo fortalezas e monumentos. Esse movimento, contudo, acabou por consistir, na maior parte dos casos, em transformações de porções do espaço restritas das cidades tanto europeias como coloniais, ainda que seus reflexos fossem visíveis por toda a cidade. “Nem sempre era possível planejar toda uma cidade nova ao estilo barroco, mas, no traçado de meia dúzia de novas avenidas ou de um bairro novo, seu caráter podia ser redefinido” (Munford, 1982, p. 399).

contextos apresentam processos de resistência e luta pelo espaço no cenário de implementação das intervenções urbanas neoliberais³⁶.

Como diferenças, podemos destacar, a princípio, a estrutura escravocrata da formação da sociedade brasileira; a questão colonial/pós-colonial; a ausência de um Estado de bem-estar social no decorrer de todo o século XX no Brasil; e o fato de, em Barcelona, as intervenções terem se iniciado no período imediatamente posterior à queda da ditadura franquista – o que carrega o clamor popular e a esperança por mudanças estruturais substantivas –, e no Rio de Janeiro, praticamente vinte anos depois do fim do regime militar. Além dessas, não podemos deixar de mencionar a questão da diferença entre o tamanho de ambas as cidades e a forma que a desigualdade socioespacial assume em cada uma delas.

Recortamos aqui o processo histórico da produção do espaço em Barcelona e no Rio de Janeiro em dois momentos emblemáticos: as intervenções urbanísticas de finais do século XIX e início do século XX e, obviamente, as intervenções contemporâneas neoliberais.

Alguns autores consideram que as intervenções dos últimos trinta anos em Barcelona sejam a permanente atualização do sonho da “metrópole imperial”, a culminância de um processo histórico cujas raízes estão assentadas na reforma urbana empreendida pelo engenheiro Ildefons Cerdà e seu *Proyecto de Reforma y Ensanche de Barcelona* de 1859³⁷. A reforma de Cerdà pode ser considerada como o marco do processo de modernização de Barcelona, e podemos entendê-la – bem como a reforma de Paris empreendida por Haussmann no mesmo período e, poucas décadas depois, a reforma de Francisco Pereira Passos em terras cariocas – como a expressão espacial da consolidação do capitalismo industrial³⁸. O sonho da metrópole imperial era acompanhado do pesadelo da metrópole proletária, e são diversos os atores que buscam recuperar a memória barcelonesa para evidenciar que a cidade era uma cidade com força proletária conflitiva. Intencionava-se suprimir as barricadas da paisagem, e os proletários, então, deveriam ser convertidos em cidadãos em nome da ordem. “A paz social na cidade comporta, assim, a domesticação ou o exílio de quem resiste às utopias de ordem e segurança”³⁹. A industrialização de Barcelona vinha atraindo, desde o século XIX, diversas levas de imigrantes de distintas regiões da Espanha e outros países europeus. Essas pessoas foram instalando-se nas áreas mais periféricas da cidade, na franja litorânea, nos bairros da *Ciutat Vella* (incluindo a Barceloneta) e nos interstícios do recém-construído *Eixample*, por meio da autoconstrução, dando origem ao fenômeno do *barraquismo*, que existiu em Barcelona até as intervenções urbanas relacionadas aos Jogos Olímpicos de 1992⁴⁰.

³⁶ Lutas estas invisibilizadas pela construção de um discurso hegemônico que as exibem como *top model* que possuem como característica e finalidade principal a construção de tendências globais. (Delgado, 2007).

³⁷ Sanchez, 1991; Benach, 2000.

³⁸ Magriniyà, op. cit.

³⁹ Sanchez, op. cit, não paginado.

⁴⁰ É conveniente sublinhar, contudo, que há controvérsias no que se refere à suposta erradicação do *barraquismo*. Pesquisadores tais como Arana (2009) consideram que o *barraquismo* continua a existir – e

As grandes exposições realizadas na primeira metade do século XX em Barcelona e no Rio de Janeiro, associadas às reformas urbanas mencionadas, já evidenciam o papel dos grandes eventos como oportunidades para possibilitar a reprodução do capitalismo, a produção do espaço urbano podendo ser vista, assim, como a manifestação espacial do processo de acumulação de capital⁴¹.

No Rio de Janeiro, ao contrário do que se costuma imaginar, não houve um simples mimetismo a posteriori de processos socioespaciais que estavam ocorrendo na Europa desde meados do século XIX. A cidade se constituiu – e aí também começamos a identificar as diferenças estruturais entre os dois contextos estudados – como o local por excelência do desembarque e comércio de escravos e mercadorias. Por ter sido o principal porto marítimo para o desembarque de africanos comercializados como escravos, o Rio de Janeiro chegou a se converter no território com a maior concentração do mundo da diáspora africana. Podemos então pensá-la historicamente como uma das cidades brasileiras que, proporcionalmente, mais tem composição negra em sua população. Uma parte significativa desta população negra reside nos assentamentos urbanos populares conhecidos como favelas, que constituem-se em um elemento característico da cidade. As favelas começaram a ser construídas inicialmente nas margens e sobre os morros da cidade, sobre estruturas precárias e escassez de serviços urbanos básicos.

A atual zona portuária da cidade começa a ser produzida justamente a partir da transferência do mercado de escravos do antigo Largo do Paço para a enseada do Valongo, em finais do século XVIII, uma vez que as reformas barrocas empreendidas em localidades específicas do centro da cidade tornavam esta área – entendida cada vez mais como a artéria comercial do Rio de Janeiro – incompatível com as atividades do

a se acentuar – em Barcelona no período que ela denomina como pós-industrial, sob outras formas, concluindo que o Modelo Barcelona vem contribuindo para a formação de outro tipo de *barraquismo* e que “a melhoria do espaço público não somente não reverte na melhoria das condições de vida dos residentes mas também pode converter-se em fator desencadeante ou ao menos coadjuvante no abandono do espaço privado e aumento de problemas socioeconômicos” (p. 8). Para Delgado (2003, não paginado), “em conjunto, todo esse panorama se constitui em uma nova forma de *barraquismo*: o *barraquismo invisible*, um *chabolismo* disperso e clandestino que adverte a persistência de problemas sociais graves associados à moradia, que haviam sido oficialmente superados e que se escondem por sua incompatibilidade com a Barcelona à venda como negócio e como espetáculo. É impossível conhecer o número exato de afetados por essa situação, mas seguramente são milhares”. Matérias de jornal vêm também nos últimos anos denunciando a existência dos chamados infrapisos e do surgimento de novas áreas de barracas em terrenos desocupados, sobre os quais falarei adiante e que podem ser caracterizados como a nova forma de *barraquismo* desenvolvida pelas novas levas de imigrantes asiáticos, africanos e latino-americanos atraídos pelo Modelo Barcelona (ver por exemplo Díaz, 2008; López, 2012; Molins, 2012).

⁴¹ O caso da exposição de 1929 em Barcelona é emblemático. Em meio à crise de superacumulação de capital, há um claro deslocamento do circuito primário para o circuito secundário e para a produção de capital fixo por meio do investimento em espaço construído. Ao mesmo tempo, a monumentalização do espaço contribui para a construção do consenso e a hegemonização de uma forma de poder, instituindo a ordem urbana e a civildade como objetivos de cada cidadão, cidadão que é por si mesmo o resultado da conversão do proletário em promotor da paz. Ainda, a associação desses eventos às reformas urbanas higienistas de finais do século XIX se conecta diretamente ao objetivo de reproduzir as relações de produção capitalistas para além da fábrica, alcançando as infinitesimais relações de poder, capturando-as e transformando o cotidiano desde baixo, o que se articula também à imposição do trabalho abstrato como um valor supremo.

mercado escravista que, ao mesmo tempo em que eram desejadas pelas elites nascentes brasileiras e europeias no mundo que se tornava capitalista, necessitavam estar distantes das vistas e olfatos desses sujeitos. Assim, costumamos dizer que a zona portuária já nasce estigmatizada.

A partir da segunda metade do século XIX, produz-se um processo de transformação do espaço urbano impulsionado pela expansão demográfica e o crescimento industrial. Sobre os discursos de progresso e regeneração e práticas institucionais vinculadas a um imaginário higienista e modernizador, começam a ser realizadas grandes reformas urbanas, tendo como um de seus objetivos afastar a população pobre do centro e evitar a sua penetração em espaços “nobres” (da burguesia em ascensão). Do ponto de vista das elites governantes, se pretende deixar para trás o passado colonial e aspirar a uma cidade “moderna”, em meio a mudanças econômicas e sociais como o fim da escravidão em 1888 e o conseqüente acesso da população afrodescendente ao mercado de trabalho. Também se destaca o papel da polícia e sua legitimação institucional na “eliminação de projetos alternativos de cidade e pelo lugar que assume como realizadora da civilidade”, como agente da ordem e legitimadora do discurso sobre o progresso⁴².

O início do século XX está fortemente definido pelo ideal de renovação urbana através dos planos urbanísticos, com um conceito de reforma urbana que pretendia ir mais além da forma da cidade, modificando costumes, valores e hábitos da população. Naquele século, tais transformações estão estreitamente vinculadas ao projeto nacional de “modernidade”. Foi uma época marcada pela reforma urbana do então prefeito Francisco Pereira Passos, uma das mais importantes na história do Rio de Janeiro, que buscava adequar a cidade à expansão mercantil com a Europa e os Estados Unidos⁴³. Com a abolição da escravidão e o forjamento do homem livre⁴⁴, foi preciso – e novamente voltamos a nos aproximar do processo barcelonês –, primeiramente, inculcar o valor moral do trabalho nas mentes e almas dos trabalhadores da cidade e, em seguida, disciplinar o espaço urbano por meio da vigilância e do controle. A Reforma Passos se efetiva, assim, ao longo da primeira década do século XX, sob este pano de fundo⁴⁵.

Espacialidades e temporalidades, nas duas cidades, foram desfeitas em prol da construção da nova cidade. A demolição dos chamados cortiços, somada à chegada dos soldados que tinham ido lutar em Canudos com a promessa não cumprida de que teriam moradia adequada quando retornassem (ou chegassem pela primeira vez) ao Rio de Janeiro, e a entrada dos imigrantes são elementos que explicam a origem da primeira favela carioca, no Morro da Providência (antigo Morro da Favela), situada no bairro da Gamboa, espaço do principal processo de resistência organizado frente ao Porto Maravilha.

⁴² Martins, 2009, p. 104-106.

⁴³ Martins, *op. cit.*

⁴⁴ Como ponto de referência mais amplo, sabe-se que a emancipação dos escravos e o movimento imigratório foram os dois processos que, ao longo de várias décadas, forjaram o homem livre – trabalhador expropriado que deveria se submeter ao assalariamento – ao longo da segunda metade do século XIX. É este homem livre – leia-se, “livre” da propriedade dos meios de produção, isto é, despossuído – que será a figura essencial da formação do mercado capitalista de trabalho assalariado. (Chaloub, 2001 [1986], p. 46)

⁴⁵ Bernardes, 1992; Abreu, 1987.

No caso da Barceloneta, é com a proibição da instalação de indústrias com máquinas a vapor no recinto amuralhado que se associa às intervenções de Cerdà que o bairro – junto com o vizinho *Poblenou* – começa a se industrializar, contando com a proximidade do porto e da estação de trem. Ao final do século, as indústrias da cidade ligadas à metalurgia, ao gás e à construção naval se instalavam quase em sua totalidade no bairro, consolidando o seu caráter industrial. Paralelamente, instalaram-se no bairro setores industriais mais relacionados à pequena produção, tais como oficinas de carpintaria, gráficas, pequenas fábricas de produtos químicos e oficinas de confecção e relojoaria, muitas delas presentes ainda hoje como rugosidades do espaço mas sendo pouco a pouco substituídas por empreendimentos globais. Esta industrialização atraiu um grande contingente populacional, não somente para trabalhar mas também para residir no bairro, que passou de um perfil primordialmente pescador para um perfil operário. A densificação do bairro da Barceloneta trouxe mudanças na estrutura original dos edifícios, já que foram construídos andares superiores e os apartamentos foram divididos internamente. Em dado momento do século XIX, a Barceloneta chegou a ser um dos núcleos urbanos mais densamente povoados de toda Europa.

O bairro da Barceloneta é uma espécie de pequena península ao lado do centro e do porto antigo ou ‘velho’ da cidade. É o bairro marinheiro da cidade, com pouco mais de quinze mil moradores. Possui uma trama urbanística que se distingue do resto do centro de Barcelona e uma arquitetura militar barroca, tendo sido inteiramente construído em meados do século XVIII, se tornando o primeiro ‘polígono’ de habitação da cidade, segundo Josep Maria Huertas e Jaume Fabre⁴⁶. Por muito tempo, a Barceloneta esteve separada fisicamente do resto da cidade pela linha do trem. Este relativo isolamento, que não se quebrou até antes das Olimpíadas, também imprimiu uma identidade distinta ao bairro, entre outras características que se foram configurando a partir das suas próprias dinâmicas. Atualmente, o bairro forma parte do distrito de Ciutat Vella (‘Cidade Velha’, dito em catalão), que denomina o centro histórico da cidade. A praia da Barceloneta estava cheia de piscinas públicas desde finais do século XIX e de restaurantes (os *merenders* ou *chiringuitos*) desde princípios do século XX. Estes equipamentos foram retirados pelo *Ajuntamiento*⁴⁷ no contexto da preparação da cidade para as Olimpíadas. A maior parte dos armazéns do porto também foram derrubados, construindo-se no lugar uma orla para pedestres que rodeia parte do porto antigo. Discorre-se muito sobre a abertura da cidade ao mar, mas os *chiringuitos* e as piscinas evidenciam de que na realidade havia uma apropriação e uso intensivos da praia antes das Olimpíadas. Como dissemos, as transformações urbanas nesta zona tem continuado nos últimos anos. No que se conhece como a *Nova Bocana* do porto construiu-se um hotel de luxo de uma companhia estadunidense com 90 metros de altura encarregado ao ‘arquiteto estrela’ Ricardo Bofill. Inaugurado em 2009, o hotel conhecido como Hotel Vela – ao aproveitar-se de brechas na legislação quanto à jurisdição dos terrenos do porto – foi construído a menos de 20 metros da linha do mar, desrespeitando a Lei de Costas que, paradoxalmente, foi utilizada como argumento para a destruição dos restaurantes e banhos da praia no contexto dos Jogos. O hotel tem sido reconhecido pelo movimento *vecinal* abordado neste artigo e outros movimentos sociais da cidade como

⁴⁶ Fabre; Huertas, 1976. Cabe ressaltar que, na Espanha, os chamados polígonos de habitação equivalem ao que, no Brasil, conhecemos como os conjuntos habitacionais, geralmente de caráter operário.

⁴⁷ Órgão do poder executivo municipal. Equivalente à Prefeitura no Brasil.

um enclave potencialmente gentrificador, ao estar situado ao lado de um bairro de perfil popular.

No mesmo ano da designação da cidade como a sede das Olimpíadas, seu centro histórico foi declarado *Àrea de Rehabilitación Integral*. Dois anos depois, conforma-se a parceria público-privada *Promoció Ciutat Vella S.A.*, (atualmente com o nome de *Foment Ciutat Vella S.A.*), o instrumento que permitiu – e ainda o faz – ao governo local impulsionar a transformação e ‘revitalização’ dos bairros do distrito conhecido como Ciutat Vella, que compreende o centro histórico da cidade e a Barceloneta. Outros dois grandes projetos urbanos associados às Olimpíadas foram a remodelação do porto velho de Barcelona e a de toda a frente marítima da cidade. O primeiro deles está relacionado às mudanças na infraestrutura portuária, e o segundo à existência de um amplo espectro industrial no litoral. O bairro da Barceloneta forma parte de ambas as zonas de intervenção, a do centro e a da zona marítima. Assim, o bairro se torna paradigmático em relação às transformações urbanas da cidade nos últimos trinta anos.

A zona portuária carioca, por sua vez, constitui-se por três morros principais – Conceição, Providência e Pinto – mais a área aterrada pela Reforma Passos para a construção do porto. Esta obra, de certa forma, resultou na produção de duas áreas portuárias que pouco se comunicam, o que chamaremos de “parte plana” e “parte alta”. A “parte plana” foi se configurando como um espaço de grandes armazéns e galpões necessários para o funcionamento do porto moderno. Os morros do que chamamos de “parte alta” também pouco se comunicam entre si. Assim como a Barceloneta, a zona portuária carioca possui como característica certo isolamento do restante da cidade, desde quando, ainda no século XVIII, começa a ser povoada, isolamento este que começa a ser desconstruído no contexto do Porto Maravilha.

Diversos fatores contribuíram para o progressivo abandono das formas e funções do espaço portuário ao longo do século XX, tais como: a suburbanização das classes médias para a Zona Sul da cidade e das classes trabalhadoras para os conjuntos habitacionais que acompanhavam a linha férrea; a transferência da capital do país para Brasília em 1960; o surgimento de novas centralidades, tais como Madureira e Barra da Tijuca, nos anos 1970; a construção da Avenida Presidente Vargas, nos anos 1940; e da Perimetral, nos anos 1950/60; e a construção do Porto de Itaguaí em 1982. Todavia, mais do que elementos tomados em conjunto, nos parece que algo decisivo para o abandono da região foi justamente a dialética construção/destruição do espaço. Em um primeiro momento, a construção do porto moderno vem para canalizar a alocação de capital excedente no circuito secundário da acumulação. Em momento posterior, porém, essa canalização alcança um limite que é não somente estrutural mas também físico, o que leva ao processo da sua destruição progressiva para no futuro possibilitar uma nova construção que seria, no caso, o Porto Maravilha.

Este processo, tanto em Barcelona quanto no Rio de Janeiro, leva à configuração de um cenário que a partir dos anos 1980 se torna propício para as transformações nos moldes da produção da cidade neoliberal. Porém, além das diferenças já destacadas anteriormente – especialmente o gap temporal entre ambos os processos –, é preciso ressaltar que a cidade de Barcelona se organiza espacialmente de modo que as desigualdades se materializam na relação entre a centralidade e as periferias, ou seja, o

núcleo urbano de Barcelona em si – que possui cerca de 100 km² de área – aparece, em um olhar mais desatento, como um espaço isento de conflitos, agregador e justo, entretanto, os conflitos se instalam ou nos interstícios da renovação,⁴⁸ ou nas periferias da cidade e municípios do entorno. No Rio de Janeiro, a configuração espacial é essencialmente distinta. De início, temos uma cidade de cerca de 1.255 km², isto é, mais de dez vezes maior, e cujos conflitos estão imbricados em todos os espaços, incluindo as áreas mais valorizadas e as áreas centrais. Tal característica faz com que um dos objetivos do Porto Maravilha seja justamente o de afastar esses conflitos e sujeitos indesejáveis de tais áreas, transformando-as em simulacros de cidades como Barcelona (esta própria já um simulacro)⁴⁹.

Como dissemos, a produção da cidade neoliberal, em ambas as cidades, tem como eixo central a transformação da cidade em mercadoria e, deste modo, promovem a conversão de valor de uso em valor de troca por meio da dominação dos espaços citadinos para fins de reprodução do capital, sufocando os espaços de vida daqueles que são, historicamente, os usuários dos espaços tidos como alvo das transformações. Porém, o espaço é produzido a partir de uma dialética que comporta a utopia e a resistência, sendo, simultaneamente, produto e obra, dominação e apropriação, concebido e vivido⁵⁰. Desta forma, em Barcelona e no Rio de Janeiro há resistências, e é sobre elas que nos debruçaremos a partir de agora, buscando, em primeiro lugar, apontar para as diversas violações sobre os espaços de vida estudados aqui e, em segundo lugar, para a possibilidade de construção de uma outra conexão Rio-Barcelona, por meio da luta e da utopia de uma cidade melhor e mais justa.

Resistências

Após o processo de transformação de Barcelona acelerado pelas Olimpíadas, não só foram gerados exacerbados discursos por parte do governo local e os executores das grandes obras sobre a suposta participação cidadã, o consenso e o entusiasmo coletivo⁵¹, mas também foram geradas categorias a partir de uma análise crítica por parte das populações afetadas pelas intervenções urbanísticas, aqueles que pagaram o custo social das mesmas, e de diversos movimentos sociais que vem desde então construindo um discurso crítico sobre estes fenômenos. Ou seja, falamos de grupos que não só sofreram senão que resistiram e geraram um discurso crítico a respeito. Neste sentido queremos destacar duas categorias que se tornaram fundamentais para a análise dos efeitos das transformações urbanísticas: *violência urbanística* e *immobiliária*, entre cujas manifestações encontra-se o que se conhece como *acoso inmobiliario*.⁵² Estes termos foram cunhados no encontro que justamente se denominou *Taller Contra la Violencia Inmobiliaria y Urbanística*. Sobre as resistências ao modelo, voltamos para o que Pere López, um dos primeiros a criticar o modelo de cidade que agora se busca implantar no Rio de Janeiro, publicou um ano depois da realização das Olimpíadas em Barcelona:

⁴⁸ Benach, 2004.

⁴⁹ Vide a recém reformada Praça Mauá, extremamente parecida com diversos espaços reformados da frente marítima de Barcelona.

⁵⁰ Lefèvre, 2013 [1974].

⁵¹ López Sánchez, 1993.

⁵² VV.AA., 2007.

“(…) embora as ‘liberdades’ metropolitanas pareçam constringidas pelos dispositivos da ordem urbana, é possível entrever (…) uma série de comportamentos (movimentos?) que apontam e afirmam que o campo de possíveis ações que é o espaço urbano não está totalmente confiscado pelo poder (…) dão-se umas práticas sociais que exercem a diferença e a singularidade contra a normalização que sugere a ordem urbana olímpica. Nessas distâncias de singularização frente à subjetividade normalizada a aposta reside na invenção de jeitos de comunicação que fujam das redes do poder, e que permitam a abertura de frentes de luta imprevisíveis e por tanto apropriações insólitas do território”⁵³.

Em seguida, apresentaremos dois casos de conflitos urbanos no contexto da Barcelona pós-olímpica e o Rio de Janeiro pré-olímpico, abordando especialmente as resistências ao modelo de cidade neoliberal.

El “Plan de los Ascensores” e a origem do movimento de moradores da Òstia

O movimento *vecinal* da Barceloneta que abordaremos nesta comunicação está conformado pela *Associació de Veïns i Veïnes de l'Òstia* e a *Plataforma de Afectados en Defensa de la Barceloneta*⁵⁴. A associação foi fundada em 2005. No bairro existia uma associação *vecinal* cuja origem remonta à época em que surgiu o movimento de moradores em Barcelona. Foi fundada em 1971 para se opor ao já mencionado *Plan de la Ribera*, projeto urbanístico que propunha a remodelação dos bairros da frente marítima da cidade, ocupados até aquele momento por grandes zonas industriais e as já mencionadas piscinas públicas e restaurantes. Apesar de sua origem reivindicativa, aqueles que em 2005 criaram a *AVV de l'Òstia* consideravam que com o passar do tempo a primeira associação teria se distanciado dos interesses dos moradores do bairro.

Em 2004, um ano antes da criação da associação, o coletivo *Miles de Viviendas okupa* um edifício pertencente à Guarda Civil, que estava há quase dez anos abandonado no *Paseo Joan de Borbó*, um dos eixos de valorização do bairro uma vez que se caracteriza como a porta de entrada ao mesmo e encontra-se ao lado do *Port Vell*. Em abril de 2005, o Ayuntamiento de Barcelona anuncia o projeto de um plano urbanístico chamado *Modificación al PGM en la regulación de la edificación tradicional de la Barceloneta*, que expressava como objetivo “melhorar a acessibilidade vertical das edificações tradicionais” através da instalação de elevadores nos edifícios do bairro, conhecido como *Plan de los ascensores*. Em uma demarcação cuja trama urbana caracteriza-se pelo fato de que somente uma pequena porcentagem dos edifícios teria espaço para a construção dos elevadores, o plano pressupunha no restante dos casos a demolição de vários “*cuartos de casa*” (apartamentos entre 35 e 40 m² que são resultado da divisão dos apartamentos originais, quando o bairro foi densificado devido à industrialização) e a realocação permanente dos habitantes desses apartamentos em novas construções que se situariam perto porém fora do perímetro do bairro. O Ayuntamiento assegurava que este plano de reformas estava orientado para melhorar a qualidade de vida sobretudo da população idosa do bairro, que constitui cerca de 30 por cento do total de habitantes. Entretanto, para muitos moradores, tratava-se de um pretexto para possibilitar a entrada do capital privado – empresas construtoras e imobiliárias – por meio de subvenções

⁵³ Lopez, *op. cit.*, p. 21.

⁵⁴ Associação de Moradores e Moradoras da Òstia (o apelido do bairro da Barceloneta) e a Plataforma de Afectados em Defesa da Barceloneta.

públicas para efetuar a remodelação do bairro e começar assim um plano especulativo que tinha como verdadeiro objetivo a transformação da Barceloneta de um bairro popular e tradicional em um enclave destinado ao turismo e a um público de classe média ou alta. Isto provocaria, por um lado, a expulsão indireta de moradores devido ao aumento tanto dos custos dos comércios do bairro como dos preços dos alugueis, ou a expulsão direta devido ao plano, podendo caracterizar claramente um processo de gentrificação.

Em 2007, a Associação da Óstia, que já conhecia o projeto do Ayuntamiento e que inclusive tinha se reunido com o administrador do distrito daquele período, convocou uma assembleia e reunião informativa sobre o plano na igreja do bairro, à qual compareceram dezenas de pessoas, entre elas, representantes do coletivo de *Miles de Viviendas* interessados em vincular-se com a associação e assuntos do bairro. Nesta reunião, a associação propôs a criação de uma plataforma para lutar pontualmente contra o plano, de modo que somaram-se vários moradores, ainda que não compusessem formalmente a associação. É importante mencionar que o a ocupação não somente se soma ao movimento junto com outros moradores, mas também que a primeira assembleia da plataforma foi realizada no próprio edifício ocupado, apesar da resistência inicial de vários moradores. A partir daí se cria uma estreita relação entre a *AVV de l'Óstia*, *Miles de Viviendas* e os moradores que conformaram a plataforma, cujas formas de organização e trabalho constroem conjuntamente. Em fevereiro daquele ano o plano dos elevadores foi aprovado. Em novembro, o edifício de Miles foi desalojado pela polícia e derrubado, porém até os dias atuais vários dos antigos membros do coletivo – hoje desfeito – permanecem vinculados ao movimento de la Óstia e à Plataforma.

O *Plan de los Ascensores*, depois de vários anos de resistência, foi suspenso em janeiro de 2011 e finalmente foi derogado com um novo plano para o bairro em 2014, porém o movimento segue trabalhando com várias frentes de luta, cujo objetivo comum é que o bairro seja para os seus moradores – não para quem queira fazer dele um negócio –, e que reúna as condições para satisfazer todas as suas necessidades. Uma das principais frentes de luta é que nenhum vizinho seja expulso do bairro, seja por um plano urbanístico, pelo encarecimento dos preços de alugueis e dos produtos nos comércios do bairro, ou por outros fatores relacionados a processos de gentrificação e *violência inmobiliaria*. Moradia acessível, espaços de encontro, reunião e recreação; oferta esportiva acessível economicamente, equipamentos educativos, são algumas das reivindicações que se reúnem no lema “*Tenemos derecho a la Barceloneta*”. As frentes de luta se expressam em frentes de ação de diversos tipos, entre os quais pode-se mencionar a ação jurídica frente aos planos, a assessoria a moradores em termos de suas possibilidades de defesa ante a *violência imobiliária* e urbanística, a difusão de suas atividades, a qual possui tanto a função de convocar os moradores como dar visibilidade ao movimento e a seu posicionamento e reivindicações. Outra frente importante é a construção de propostas alternativas às do governo local sobre os assuntos do bairro. Como uma frente de ação também estratégica está a chamada “*salir a la calle*”, a qual tem várias implicações e significados: conhecer e vincular-se com os demais moradores e assim conhecer o bairro e suas dinâmicas; fazer-se visível e audível no espaço, sobretudo por meio da manifestação que organizavam anualmente; e desenvolver

diversas atividades que implicam uma apropriação do espaço público, especialmente de caráter festivo e reivindicativo⁵⁵.

O Morro da Providência e as casas marcadas

“Antes de qualquer coisa, é necessário dizer que as favelas e as ocupações urbanas são, por si só, espaços de resistência, o que Lefèbvre, de certa forma, já dizia nos anos 1970. A luta pelo espaço na favela é uma luta desde sempre cotidiana, independente da chegada de projetos de intervenção urbana nos moldes do Porto Maravilha. Viver na favela é transgredir e resistir, cotidianamente. É aprender a lidar com o preconceito; com estigmas; com a violência, institucional ou não, física ou simbólica; com a vigilância cada vez mais opressora; com a falta de saneamento básico; com o lixo na porta de casa e, claro, com as pragas urbanas associadas a ele; com a falta de água; com a falta de mobilidade, enfim, com tensões e constrangimentos de toda ordem. Não obstante, viver na favela é também viver em comunidade, para a qual a palavra “vizinhança” possui um significado especial: viver com solidariedade; com mais liberdade do que muitos enclaves territoriais urbanos. Viver na favela é viver com criatividade, com festas, com regras próprias (tácitas ou explícitas); é viver lutando e tornar a luta a essência da própria vida”⁵⁶.

O Morro da Providência, já mencionado, é um dos bairros afetados pelo projeto Porto Maravilha. Como dissemos, trata-se da primeira favela do Rio de Janeiro, com atualmente cerca de cinco mil habitantes. Originalmente chamado Morro da Favela, é a origem do nome a este tipo de assentamentos urbanos da população pobre brasileira.

O Porto Maravilha, ali, associou-se ao Programa Morar Carioca, da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Trata-se de um programa de urbanização de favelas de escala municipal que começou a ser executado no ano de 2010 e que, no caso da Providência, contempla basicamente a construção de três estações de teleférico interligando os dois lados do espaço portuário⁵⁷, a construção de um plano inclinado na escadaria, a implantação de novas redes de água, esgoto e drenagem e a construção de um centro histórico e cultural na área que se inicia na escadaria e chega até o Oratório, passando pelo Cruzeiro. É importante dizer que a intervenção está paralisada desde 2012 devido a uma Ação Civil Pública (ACP), que se deu porque ao mesmo tempo em que o projeto declara como objetivo a melhoria de vida dos moradores da favela, ele conta com a remoção de quase metade das suas casas. Das cerca de duas mil famílias existentes no morro, 832 estavam previstas para serem removidas pela intervenção, dentre as quais 380 sob a alegação de se situarem em área de risco e o restante devido às obras do teleférico, plano inclinado e outros. No afã de agilizar as obras a tempo de transformar a favela em uma atração turística para os megaeventos previstos para a cidade, e também a tempo de eliminar do espaço urbano aquilo que dificultaria a atração de investidores para a área do Porto Maravilha – qual seja, a população pobre, negra e favelada que teria que dividir o mesmo espaço com a elite branca de negócios ou *yuppie* interessada pela área em questão –, a SMH esteve, desde janeiro de 2011, marcando com tinta spray as paredes das casas que supostamente seriam demolidas com a sigla SMH seguida de um número cuja única explicação dada aos moradores era a de que se

⁵⁵ Para maior detalhamento, ver Makhlouf 2016.

⁵⁶ Giannella, 2016.

⁵⁷ A estação construída na Praça Américo Brum acabou com uma das poucas áreas recreativas e de encontro dos moradores da Providência.

referia a um cadastro genérico. Os muros das casas eram pichados geralmente durante o dia, quando os seus moradores estavam trabalhando, e nenhuma informação detalhada era dada aos mesmos. Tratou-se, assim, da violação de uma série de direitos e de processos coercivos pelo poder público. E mesmo com a paralisação das obras decorrentes da ACP, é preciso dizer que cerca de 160 famílias, segundo dados apresentados no relatório elaborado em 2013 e atualizado em 2014 pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, tinham sido removidas até então para dar lugar à estrutura do teleférico e para a realização de algumas obras. Com as ameaças aos seus espaços vividos, alguns moradores buscaram resistir coletivamente junto ao Fórum Comunitário do Porto, coletivo formado em princípios de 2011 que agregou moradores da zona portuária, pesquisadores, parlamentares⁵⁸, organizações culturais, ONGs e órgãos jurídicos para a defesa dos direitos das populações atingidas pelo Porto Maravilha. O principal eixo de ação e luta do coletivo está na seguinte passagem:

“Não à expropriação da terra e da moradia; não à privatização da terra pública e do espaço público. Afirmção do direito à terra urbanizada e à moradia digna e bem localizada. Este eixo de ação expressa o intenso projeto de expropriação da terra e da moradia que acompanha os projetos de desenvolvimento da região portuária do Rio de Janeiro e que impacta diretamente as famílias trabalhadores pobres residentes na área e os pequenos comércios e estabelecimentos locais”⁵⁹.

“O objetivo é mostrar um Rio de Janeiro para os turistas que na verdade não existe: um Rio sem pobreza”⁶⁰, afirma Renato Cosentino, membro do Comitê Popular Copa e Olimpíadas, que entende ainda que a classificação de risco utilizada como justificativa para as remoções é arbitrária, já que não é coincidência o fato de que a maioria das remoções se suceda ao lado das regiões mais turísticas e valorizadas da cidade, ou perto dos lugares de realização dos eventos esportivos. Quem se beneficia dessas remoções é o setor imobiliário, pois “quando uma favela é removida, se dá uma valorização imediata da região”, atesta Cosentino.

A medida que as ameaças de violações de direitos iam se tornando mais intensas e frequentes, foram acionadas algumas táticas e estratégias de resistência, entre elas podemos mencionar a ocupação da Praça Américo Brum frente ao fechamento da mesma para início das obras, a organização de um evento cultural de peso no contexto da Cúpula dos Povos⁶¹, em 2012; a criação de diversos canais nas redes sociais, tanto do Fórum Comunitário do Porto quanto de moradores individualmente; a redação de manifestos; a formação de uma comissão de moradores que pouco a pouco passou a se articular diretamente com os órgãos jurídicos e executivos de governo, tornando, de certa forma, o FCP gradualmente ‘desnecessário’; a articulação com técnicos que construíram documentos contestando as remoções das casas por meio do argumento do risco ambiental - os chamados contralaudos que tiveram como consequência a redução

⁵⁸ A presença de parlamentares no coletivo foi, desde o início, um elemento gerador de diversas desconfiças e tensões, advindas inclusive dos próprios moradores.

⁵⁹ Fórum Comunitário do Porto, 2015. Quando o movimento reivindica moradia “bem localizada”, faz referência aos lugares para realocar os moradores despejados, que distam até setenta quilômetros do centro.

⁶⁰ Entrevista no artigo “Remoções: ética ou cosmética em Rio”. Site: Conta Rio. <http://contario.net/remocoes-etica-ou-cosmetica/>.

⁶¹ Evento paralelo à Rio+20 organizado por movimentos sociais e organizações como um contraponto ao oficial.

do número de casas previstas para remoção de 832 para 70; e a luta no campo jurídico, contando com a parceria de alguns defensores públicos, especialmente⁶².

Das conexões entre resistências. Considerações finais

No que se refere às intervenções atuais em ambos os contextos, podemos encontrar relação em diversos pontos, entre eles nos projetos de mobilidade vertical em bairros populares - *plan de los ascensores* e teleférico e plano inclinado. Trata-se, grosso modo, do mesmo tipo de projetos de reforma e dotação de equipamentos para bairros populares divulgados pelos poderes locais como benefícios para as mesmas. Todavia, se pensamos que cada melhoria deve repercutir positivamente na vida das pessoas que vivem nesses bairros, o aumento dos preços dos imóveis, entre outros fatores, pode dar lugar a processos gentrificadores, que os governos locais deveriam evitar com algum tipo de medidas de proteção aos habitantes desses territórios.

Para além da relação entre os projetos e intervenções em si no território, é preciso pensar nas relações e conexões entre as formas de resistência construídas em cada cidade. Ainda que seja necessário ressaltar que, em Barcelona, se trata de um contexto pós-olímpico, e no Rio de Janeiro, pré-olímpico, consideramos que os conflitos urbanos que envolvem o bairro da Barceloneta já nos anos dois mil são, de certa forma, parte do processo de transformação da cidade que se inicia ainda nos anos oitenta. E esta consideração é importante uma vez que pode apontar para o futuro da cidade do Rio de Janeiro, levando em conta suas particularidades e singularidades, em especial os agravantes que decorrem de sua condição de ex-colônia. Em um primeiro momento, podemos pensar nas semelhanças entre a composição dos dois movimentos sociais trazidos aqui como referencial empírico. Ambos contam com a presença tanto de intelectuais, acadêmicos e estudantes quanto de moradores que são aqueles que vivem cotidianamente as ameaças de perder seus espaços de vida. Tal condição traz desafios para se pensar no futuro da mobilização social, uma vez que o horizonte de luta dos moradores é urgente, não contemplando, muitas vezes, o horizonte mais extenso da transformação social. É preciso entender que, tanto em Barcelona como no Rio de Janeiro, os sujeitos implicados na luta estão lutando por algo comum, se tratando, então, da luta do uso contra a troca, da apropriação contra a dominação.

As formas de atuação também se assemelham para ambos os casos, contando com a ocupação do espaço público e com a visibilização dos conflitos acompanhados por meio das redes sociais. Uma característica do caso carioca, entretanto, nos parece importante para ser problematizada. Trata-se do suporte jurídico que sustentou a luta e as conquistas do Fórum Comunitário do Porto e, mais especificamente, da Comissão de Moradores da Providência, esta que a partir de um determinado momento se consolida de forma relativamente autônoma e por meio de uma articulação direta com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A luta se deu, em alguns momentos, mais no campo jurídico do que nas ruas. E nos parece este ser um fator, ainda que legítimo como forma de luta, de enfraquecimento do movimento na zona portuária. Também é preciso mencionar a diversidade de sujeitos que habitam a zona portuária,

⁶² Ressaltando que dentro da instituição da Defensoria Pública do Estado há, desde o princípio do processo, diversos embates.

em si muito maior do que o bairro da Barceloneta. Mesmo pensando especificamente no Morro da Providência, que é o lugar onde a luta se instalou com mais veemência frente às ameaças mais graves e diretas, estamos falando de um espaço composto por diversas camadas históricas que resultam em um caldeirão de grupos sociais muitas vezes conflitantes entre si⁶³. Por outro lado, talvez seja interessante apontar para a necessidade da luta dos moradores da Barceloneta se articular também à luta no campo jurídico. O que nos parece relevante destacar é, também, o enfoque na construção de categorias de resistência pelo movimento barcelonês, categorias estas que poderiam estar também no discurso dos movimentos que resistem em terras brasileiras. Por outro lado, o FCP se apropria de categorias que também podem ser instrumentalizadas pelo movimento em Barcelona, tal como a da expropriação da terra urbana, uma vez que se trata de uma categoria que indica tanto a remoção e a chamada violência imobiliária quanto evidencia a perversidade estrutural envolvida no processo de conversão das cidades em cidades neoliberais.

Algo que nos parece ainda pendente para nós enquanto investigadoras é como conectar as resistências ao modelo urbano neoliberal de um ao outro lado do oceano, tornando nossos trabalhos úteis para pensar e plantear novos horizontes nos contextos de luta pela cidade. Neste processo em busca das conexões entre os processos de resistência, é preciso considerar dialeticamente as singularidades e particularidades de cada realidade socioespacial, bem como aquilo que elas apresentam em comum. Esperamos ter, com este trabalho, apontado caminhos que possam ser percorridos neste sentido.

Bibliografia

ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1987.

ALABART I VILA, Anna. Els moviments socials a Catalunya. In: *Revista Catalana de Sociologia*. No. 7. 1998.

ARANA, Irune Sacristán. La ciudad del (no)poder: barraquismo contemporáneo. El caso de Barcelona. In: *ACE. Architecture, City and Environment*, v. 5, n. 13, 2010, p. 7-18.

BARCELONA BRASIL GROUP, 2013. Disponível em: <<http://www.barcelonabrasilgroup.com/ca/index.php>>. Acesso em: jun. 2013.

BENACH, Núria. La omisión de la diferencia: representaciones culturales hegemónicas en los procesos de transformación urbana. In: *Simpósio Internacional O Desafio da Diferença*, I, 2000. Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2000. [Online]: <http://www.desafio.ufba.br/gt4_lista.html>. Acesso em: nov. 2014.

⁶³ Para maior detalhamento, ver Giannella, 2015.

BENACH, Nuria & TELLO, Rosa. En los intersticios de la renovación. Estrategias de transformación del espacio y flujos de población en Barcelona. In: *Revista de Geografía*, n. 3, 2004, p. 93-114. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/viewFile/46143/59909>>. Acesso em: nov. 2014.

BERNARDES, Lysia M. C. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, Maurício de (Org). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1992.

CAVALAZZI, Rosângela. e RIBEIRO, Cláudio. Entre dois morros. Disputa simbólica na paisagem urbana carioca. Ponencia presentada en la *Second International Conference of Young Urban Researchers*. Outubro, 2011. [Online]: <<http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/viewFile/190/77>>

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2001 [1986].

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa: fraude y miseria del “modelo Barcelona”*. Madrid: Catarata, 2007.

DELGADO, Manuel. *Elogi del vianant: del “model Barcelona” a la Barcelona real*. Barcelona: Edicions de 1984, 2005.

DÍAZ, Max. El barraquismo en Barcelona no se ha acabado, 2008. In: *LA VANGUARDIA*. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/vida/20080908/53534458627/el-barraquismo-en-barcelona-no-se-ha-acabado.html>>. Acesso em: nov. 2014.

FORUM COMUNITARIO DO PORTO. Disponível em: <<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com>>. Acesso em: nov. 2015.

GAFFNEY, Chris. Megaevents and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016, In: *Journal of Latin American Geography*, Volumen 9, Número 1.

GIANNELLA, Letícia. Revirando o Porto Maravilha: luta pelo espaço e contradições urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro, 2015. 308f. Tese doutorado, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2015.

GIANNELLA, Letícia. A luta pelo espaço no contexto do projeto Porto Maravilha: novos sujeitos e contradições. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. No prelo.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço & Debates*, n. 39, 1996, p. 48-64. 2010.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005 [2001].

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2010 [1989].

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2011 [2005].

LEFÈBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitain Swing, 2013 [1974].

LÓPEZ, Helena. Las barracas del siglo XXI surgen en pleno 22@, 2012. In: *EL PERIODICO*. Disponível em: <<http://www.elperiodico.com/es/noticias/barcelona/las-barracas-del-siglo-xxi-surgen-pleno/1498681.shtml>>. Acesso em: nov. 2014.

LÓPEZ SÁNCHEZ, Pere. 1992, ¿Objetivo de todos? Ciudad-empresa y dualidad social en la Barcelona Olímpica, In: *Revista Catalana de Geografia*. Barcelona, No. 15, junho de 1991.

LÓPEZ SÁNCHEZ, Pere. Todos, mayoría y minorías en la Barcelona Olímpica. Apuntes sobre el gobierno de lo social en la ciudad-empresa, In: *Economía y Sociedad*. Núm. 9. Madrid. 1993.

MAKHLOUF DE LA GARZA, Muna. *Transformaciones urbanas desde la resistencia. Aproximaciones a un movimiento vecinal en la Barceloneta, Barcelona*. Tesis doctoral. Barcelona: Universidad de Barcelona. 2016.

MARTÍ, Josep. *Relació entre Associacions de Veïns i partits polítics. Barcelona 1970-1980*, Tesina. Barcelona: Escola de Ciències Socials de l'ICESB, 1981.

MASCARENHAS, Gilmar. Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades, In: BIENENSTEIN, Glauco; MASCARENHAS, Gilmar y SÁNCHEZ, Fernanda (Orgs). *O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2011.

MASKOVSKY, Jeffrey. Global Justice in The Posindustrial City: Urban Activism Beyond the Global-local Split. In: SCHNEIDER, J. e SUSSER, I. *Wounded Cities: Destruction and reconstruction in a globalized World*. Oxford: Berg Publishers, 2003.

MIRÓ, Iván. Assembleia de Barri de Sants, més d'una dècada revolucionant el barri. In: *Més d'una dècada revolucionant el Barri*. Barcelona: Assembleia del Barri de Sants. 2008.

MOLINS, Maria. El barraquismo en la Barcelona del siglo XXI, 2012. In: *LA RAZÓN*. Disponible em: http://www.larazon.es/detalle_hemeroteca/noticias/LA_RAZON_450065/6338-el-barraquismo-en-la-barcelona-del-siglo-xxi Acesso em: nov. 2014.

MUNFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2ª ed. Chapecó: Argos, 2010.

SASSEN, Saskia. A cidade global. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Lina Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993 [1991].

THÖRN, Catherine. Spotcity: a arte e a política do espaço público. In *Fórum Sociológico* [Online]. No. 21. 2011. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/435>

TURA, Jordi Solé & SUBIRATS, Joan. La organización de los Juegos Olímpicos de Barcelona '92: un ejemplo de economía mixta o de sociedad público y privada, 2010 [1994]. In: *Centre d'Estudis Olímpics*. Disponible em: http://ceo.uab.cat/2010/docs/wp028_spa.pdf Acesso em: nov. 2014.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009a [2000], p. 75-104.

MARICATO, Ermínia. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro". In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009b [2000], p. 105-120.

MARICATO, Ermínia. Prefácio. In: BIENENSTEIN, Glauco; MASCARENHAS, Gilmar y SÁNCHEZ, Fernanda (Orgs). *O jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011.

VV. AA. *El cielo está enladrillado. Entre el mobbing y la violencia inmobiliaria y urbanística*. Barcelona: Bellaterra. 2006.